

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Haully: anistia restrita esvaziaria discursos radicais

Deputado veterano pressiona por anistia restrita

Desde a semana passada, o veterano deputado Luiz Carlos Haully (Podemos-PR) pressiona por maior apoio à ideia de aprovação pelo Congresso de uma anistia restrita ao 8 de janeiro. Haully desembarcou na segunda-feira (25) em Brasília disposto a tentar convencer o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Na verdade, Haully lembra que o próprio se-

gundo requerimento de urgência que o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), apresentou já iria na direção da anistia mais restrita. Então, entende Haully que seria o caso de votar, como um gesto de pacificação do país. Quem anda por Brasília desde o final da semana passada já viu de volta as horrorosas cercas de metal em frente aos prédios na Praça dos Três Poderes.

Confusão

A possibilidade de confusão durante o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro na semana que vem é tida como concreta pelas forças de segurança. Para Haully, a aprovação de uma anistia nesses termos esvaziaria os discursos mais radicais, sem parar o julgamento.

Restrita

A ideia de Haully é que, primeiro, a anistia fosse de fato restrita àqueles que foram presos no 8 de janeiro e condenados pela invasão e depredação dos prédios da República. A anistia só valeria para quem naquele dia não cometeu crimes graves, de violência.

Agência Brasil



Perdão somente para os casos menos graves do 8/01

Depredou, modulação. Tramou, julgamento

Para quem, além de invadir, depredou o patrimônio público, Haully propõe uma modulação, de acordo com a gravidade. Pena menor para casos, como o já clássico da cabeleireira Debora Rodrigues dos Santos, que pichou com batom a estátua em frente ao Supremo. Maior para, por exemplo, casos como o de Antônio Clau-

dio Alves, que quebrou o relógio que Dom João VI ganhou da França. Muito menos para quem feriu policiais naquele dia. Com a utilização de penas pecuniárias e de serviços comunitários em muitos casos. Isso não valeria para quem tramou, por exemplo, assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ou tramou o golpe.

Dois terços

Para Haully, a anistia colocada nesses termos teria o apoio de dois terços dos parlamentares, pelo menos. "Isso esvaziaria discursos", defende. "Eliminaria 95% dos problemas. Faria o país virar essa página e seguir em frente", avalia o deputado. "Vou provocar nesse sentido".

Isolar

Mas a discussão poderia, calcula Haully, isolar os mais radicais. Retirados os casos de menor gravidade, com eventuais penas consideradas exageradas, o discurso se esvaziaria às vésperas do julgamento do chamado "núcleo crucial" no STF, que inclui Bolsonaro.

Bolsonaro

É possível que o núcleo mais próximo do ex-presidente Jair Bolsonaro não aceite a anistia nesses termos. Até porque ela, assim, não alcançaria o próprio Bolsonaro. No fundo, agora Bolsonaro nem poderia vir a ser beneficiado com uma anistia, já que ainda não foi condenado.

PT

"Eu, se fosse o PT, apoiaria, ainda que veladamente", diz Haully. Ao governo, interessaria conseguir recolocar o país num clima de maior tranquilidade que ajudasse no andamento das pautas de seu interesse. Entre elas, a reforma tributária, menina dos olhos de Haully.

CPMI do INSS convocará ex-ministros desde Dilma

Comissão avaliará plano de trabalho nesta terça-feira

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (26), os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará o esquema de desvios ilegais do pagamento de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) avaliará o plano de trabalho do relator da comissão, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL).

Na sessão, agendada para começar às 9h, os membros da comissão também votarão 35 requerimentos previstos em pauta, todos do relator da CPMI, que solicitam convocações de depoentes para a comissão e funcionários de diversos órgãos para esclarecer questões técnicas do processo de Previdência Social. Essa é a primeira leva de requerimentos do colegiado. Na manhã desta segunda-feira (25), 833 requerimentos constavam no sistema da comissão.

Segundo o presidente da Comissão Mista, senador Carlos Viana (Podemos-MG), o principal mérito da comissão serão os descontos indevidos na folha de pagamento de beneficiários do INSS. Contudo, se forem identificadas irregularidades no crédito consignado do INSS – modelo de empréstimo direcionado para aposentados e pensionistas que desconta as parcelas diretamente da folha de pagamento –, o tema será discutido na comissão.

Convites

Dentre os pedidos dos requerimentos, a previsão é que a comissão aprove convites e convocações de funcionários da Controladoria-Geral da União (CGU), da Defensoria Pública da União (DPU), do Tribunal



Alfredo Gaspar e Carlos Viana, relator e presidente da CPMI do INSS

de Contas da União (TCU), e do próprio INSS para falar na comissão. Os membros do colegiado ainda solicitarão a Polícia Federal (PF) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) os inquéritos da Operação Sem Desconto, que descobriu os esquemas de desvios de recursos de beneficiários da previdência social.

Para além dos nomes técnicos, de acordo com o presidente da comissão, serão convidados para depor os ex-ministros da Previdência Social Eduardo Gabas, do governo Dilma Rousseff (PT); José Carlos Oliveira, que atuou durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), quando a previdência se unificou com o Ministério do Trabalho; e Carlos Roberto Lupi, ex-ministro no terceiro e atual mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que deixou o governo após a divulgação do esquema de fraudes do INSS.

Na mesma linha de convidar ex-ministros, também serão convidados – e, se necessário, eventualmente convocados – os ex-presidentes do INSS, desde 2012.

"Nós queremos ouvi-los [ex-presidentes do INSS] para entender o que foi feito, como começou e, naturalmente, as responsabilidades de cada um. Essa primeira fase é fundamental para que a gente entenda todo o processo de como aconteceu esse roubo na previdência social. São os primeiros passos que começarão a nos dar um norte bem definido do que nós queremos: respostas à sociedade. Nós desejamos que a CPMI traga todo um esclarecimento para a população, mas principalmente, como nós evitaremos no futuro que novos rombos como esse possam acontecer", adiantara Carlos Viana em entrevista à imprensa

na última semana.

Na mesma coletiva, o senador destacou que a comissão não definirá "nomes específicos especialmente ligados a questão política". Ele ainda enfatizou que a Mesa Diretora da comissão "não pretende fazer absolutamente nada que não tenha a concordância e o acompanhamento dos parlamentares de oposição e do governo", e portanto, "todos terão o seu momento para se manifestar". "O nosso trabalho vai ser técnico, eu e o relator não queremos a politização do assunto. Nós desejamos uma resposta técnica ao povo brasileiro", destacou o presidente da CPMI.

Em novo revés para o governo, no início da noite de segunda-feira (25), André Mendonça foi sorteado o relator dos inquéritos sobre o INSS que correm no Supremo Tribunal Federal.

Dino barra novamente liberação de emendas Pix

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino barrou novas liberações de remessas para emendas orçamentárias. O ministro determinou que a Polícia Federal (PF) investigue possíveis irregularidades das "emendas individuais", conhecidas como "emendas Pix", que somam mais de R\$ 694 milhões.

O magistrado ainda deu dez dias úteis, que passam a valer a partir desta segunda-feira (25), para que o Tribunal de Contas da União (TCU) apresente detalhadamente para a PF a identificação das emendas individuais, relativas a 964 Planos de Trabalho não cadastrados referentes aos exercícios de 2020 a 2024. Em 1º de julho de 2025, Dino determinou que o TCU realizasse uma nova avaliação quanto ao cumprimento da ordem de cadastramento dos Planos de Trabalho de "emendas Pix" – que apontou os planos de trabalho não cadastrados.

"Restam 964 casos de Planos de Trabalho não cadastrados relativos ao período de 2020 a 2024. A despeito do avanço, permanece situação de parcial descumprimento de decisão judicial, evidenciada pela inexistência de Planos de Trabalho relacionados à destinação de 'emendas Pix' que totalizam repasses no ordem de R\$ 694.695.726,00", detalhou Flávio Dino em sua decisão publicada no Supremo.



Dino deu dez dias ao TCU para que investigue

Para combater as supostas irregularidades, Dino determinou que sejam abertas contas específicas por emenda, para o recebimento de recursos de emendas de bancada e emendas de comissão. Além disso, o ministro do STF ainda disse que a fiscalização não deve se limitar ao Tribunal de Contas da União.

"Cumprir salientar que a competência exclusiva do TCU não impede – ao contrário, recomenda – a cooperação dos Tribunais de Contas estaduais na apreciação das prestações de contas (relatórios de gestão) das emendas individuais. Essa colaboração pode se concretizar, por exemplo, mediante a celebração de parcerias entre o TCU e as áreas técni-

cas dos TCEs, para que estes realizem a instrução processual, bem como pela convocação excepcional de Conselheiros das Cortes de Contas estaduais, por simetria do que acontece nos Tribunais Superiores", escreveu Dino.

LDO

A medida pode gerar embates políticos entre os poderes Executivo e Judiciário. Isso porque, do total de R\$ 7,3 bilhões previstos para serem liberados desde o começo do ano para parlamentares, o poder Executivo ainda não liberou nenhum recurso. A medida tem gerado reclamações, especialmente para congressistas, que citam que o governo pode enfrentar nova leva de derrotas

no Congresso se permanecer com as emendas travadas.

Além disso, a decisão do ministro pode desencadear um novo adiamento da decisão no Congresso Nacional referente ao Orçamento de 2026. Nesta terça-feira (26), oito comissões do Senado Federal terminarão de definir as emendas de comissão que devem ser apresentadas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Ao definirem os valores, as comissões têm até as 18h desta terça-feira (26) para encaminhar o que for definido para a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do poder Legislativo. O presidente da CMO, senador Efraim Filho (União Brasil-PB) informou que pretende finalizar a votação da LDO até o dia 3 de setembro.

As comissões que discutirão os valores de orçamento são as comissões de: Agricultura, Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, Direitos Humanos, Educação, Infraestrutura e Meio Ambiente. Na última semana, as comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Esporte e de Desenvolvimento Regional entregaram à CMO suas respectivas emendas. O relator da LDO 2026, deputado federal Gervásio Maia (PSB-PB) terá que analisar cada emenda solicitada individualmente para acrescentá-las no texto final da LDO 2026.